



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONSELHEIRO LAFAIETE

Setor de Licitação

Processo Licitatório nº 166/2022
Pregão Eletrônico nº 090/2022

TERMO DE APRECIÇÃO

I. Do Recurso

Trata-se de recurso interposto por FELCO FALEIROS PROJETOS E CONSULTORIA EM ENGENHARIA LTDA. (EPP), ora recorrente, em relação ao resultado do Processo Licitatório nº 166/2022, Pregão Eletrônico nº 090/2022, cujo objeto é a contratação de Pessoa Jurídica Especializada para prestação de serviços de elaboração do Plano Local de Habitação de Interesse Social – PLHIS do Município de Conselheiro Lafaiete, de acordo com as especificações constantes no item 19 e Anexo I do Edital.

O inconformismo da recorrente refere-se às decisões de sua inabilitação e o suposto bloqueio da empresa ao tentar manifestar intenção recursal.

Assevera que ao tentar manifestar intenção de interpor recurso, durante o prazo de 30 minutos concedidos pela Pregoeira durante sessão do dia 13/03/2023, a plataforma BBMNET a bloqueou a impossibilitando de manifestar o interesse recursal. Além disso, em relação à sua inabilitação, alega que apresentou toda a documentação exigida nos itens 8.7.4 e 8.7.5 do Edital.

Diante disso, requereu o provimento do recurso, a fim de que seja reformada a decisão recorrida e considerada a habilitação da empresa FELCO FALEIROS PROJETOS E CONSULTORIA EM ENGENHARIA LTDA. (EPP), a fim de que seja declarada vencedora do certame.

Ficaram todas as licitantes intimadas e cientificadas do prazo para contrarrazões no período de 17/03/2023 a 20/03/2023. Segundo dados registrados na plataforma de Pregão Eletrônico BBMNET, as contrarrazões recursais foram protocolizadas pela empresa MB CONSULTORIA, PROJETOS E PLANEJAMENTO LTDA (ME) em 13/03/2023, ainda durante o curso da sessão, antes da abertura do prazo para contrarrazões, portanto, tempestiva.

Em síntese, é o relatório.

II. Da admissibilidade

Conforme se depreende dos autos, a decisão sob reexame fora proferida durante sessão pública realizada às 09:30h do dia 13/03/2023 (segunda-feira), através da plataforma eletrônica BBMNET, com a comunicação das licitantes acerca do resultado dos julgamentos das propostas e de habilitação.

Por consequência, o prazo recursal – 03 (três) dias **CORRIDOS**, nos termos do art. 42, §1º, do Decreto Municipal nº 84/2021 e do item 13.1.1 do Edital – iniciou-se em 14/03/2023 (terça-feira) e encerrou-se no dia 16/03/2023 (quinta-feira). O fato é que durante a sessão de pregão do dia 13/03/2023, foi concedido pela Pregoeira, às 15h:16min:01seg., prazo de 30 minutos para os licitantes manifestarem a intenção de interpor recursos:

[illegible]

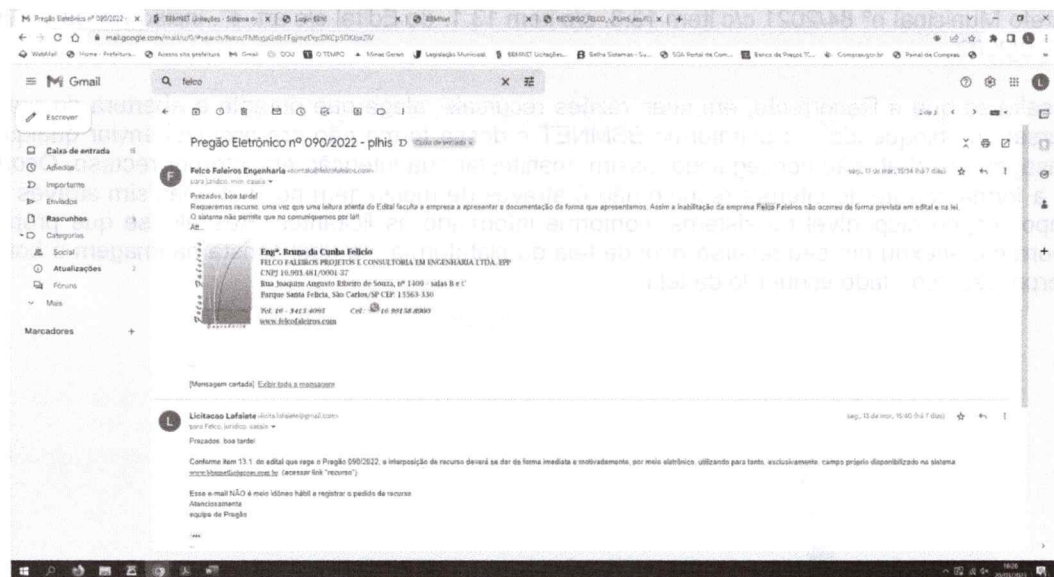
Após a abertura do prazo, a Recorrente enviou e-mail ao Setor de Licitação (licita.lafaiete@gmail.com) alegando que a plataforma BBMNET não estava permitindo que enviassem mensagens no chat. O referido e-mail foi devidamente respondido, com clara explicação de que a intenção em interpor recurso deve ser realizada por meio hábil, ou seja, diretamente na Plataforma BBMNET, conforme item 13.1. do Edital:

**Avenida Prefeito Dr. Mário Rodrigues Pereira, nº 10, Centro
Conselheiro Lafaiete –MG – 36.400-026**



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONSELHEIRO LAFAIETE

Sector de Licitação



Pois bem. Antes de adentrar na análise do mérito do recurso, deve-se proceder ao exame da admissibilidade do apelo, de modo que, acaso não atendidos aos pressupostos recursais (juízo negativo de admissibilidade), restará prejudicado o conhecimento do recurso.

Neste sentido, leciona Marçal Justen Filho, na obra Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos, 12ª Ed, São Paulo: Dialética:

O cabimento do recurso administrativo sujeita-se à presença de determinados pressupostos. Sem esses pressupostos, nem se chega a apreciar o mérito da questão. A existência de pressupostos recursais retrata a vedação legal ao exercício meramente arbitrário da faculdade de impugnar atos administrativos. Trata-se de evitar desperdício de tempo e de energia na apreciação da insatisfação do particular. Os pressupostos recursais são requisitos que todo recurso deve apresentar sob pena de não ser conhecido – vale dizer, não ser efetividade a revisão do ato administrativo impugnado.

Ainda de acordo com o escólio do doutrinador, os pressupostos recursais classificam-se em subjetivos (legitimidade e interesse recursal) e objetivos (existência de ato administrativo de cunho decisório, a tempestividade, a forma, a fundamentação e o pedido de nova decisão).

Examinando a manifestação recursal, verifica-se a ausência de pressupostos recursais, notadamente quanto à ausência de MANIFESTAÇÃO PRÉVIA, implicando na inadmissibilidade do apelo. Em conformidade com o item 13.3. do Edital, a ausência de manifestação imediata e motivada do licitante quanto à intenção de recorrer ou a falta de interposição do recurso importará a decadência do direito de recurso:

13.3. A ausência de manifestação imediata e motivada do licitante quanto à intenção de recorrer ou a falta de interposição do recurso importará a decadência do direito de recurso e o Pregoeiro adjudicará o objeto do certame ao vencedor, na própria sessão, propondo à autoridade competente a homologação do procedimento licitatório.

Destarte, ausentes os pressupostos de admissibilidade, não deve ser conhecido o recurso, uma vez operada a decadência do direito de recurso, nos termos do art. 42, §1º do

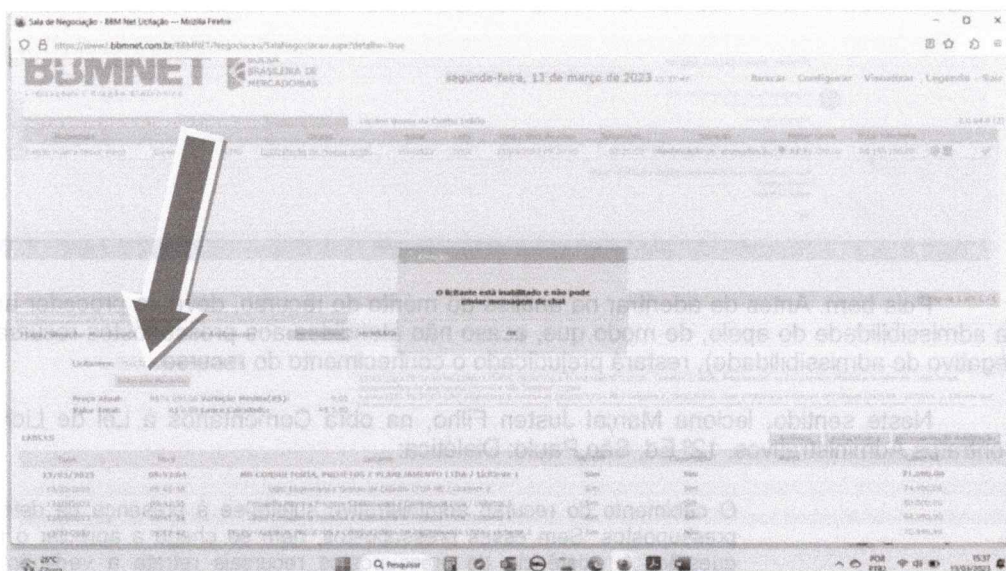


PREFEITURA MUNICIPAL DE CONSELHEIRO LAFAIETE

Setor de Licitação

Decreto Municipal nº 84/2021 c/c item 13.3. c/c item 13.1. do Edital c/c art. 4º, inciso XX da Lei nº. 10.520/2002.

Ressalta-se que a Recorrente, em suas razões recursais, alega que durante a abertura do prazo recursal, foi "bloqueada" na plataforma BBMNET e dessa forma não era possível enviar qualquer mensagem no chat, não conseguindo, assim, manifestar sua intenção em interpor recurso. Ocorre que a forma correta de interpor recurso não é através de mensagem no chat, mas sim através de campo próprio disponível no sistema, conforme informado às licitantes. Ressalta-se que própria Recorrente anexou em seu recurso *print* da tela da plataforma, na qual consta na imagem o botão "interpor recurso", lado esquerdo da tela:



Fato é que para manifestação de interposição de recurso, a licitante interessada deve clicar na opção "interpor recurso" e manifestar seu interesse, da mesma forma que as outras licitantes interessadas procederam. É de responsabilidade da Recorrente ter o conhecimento total acerca da funcionalidade da Plataforma BBMNET, evitando assim, possível perda de negócios devido ao desconhecimento de seu uso:

10.20.11. Caberá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da não observância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

Cumpra esclarecer, também, que a Recorrente não realizou pedidos de esclarecimento/impugnação ao Edital, concluindo que ao participar do presente processo licitatório, concordou com todos os termos elencados no Edital. Destarte, não assiste razão à recorrente no tocante à impossibilidade de interposição recursal.

Destarte, ausentes os pressupostos de admissibilidade, não deve ser conhecido o recurso, uma vez operada a decadência do direito de recurso, nos termos do art. 42, §1º do Decreto Municipal nº 84/2021 c/c item 13.1.1 c/c 10.20.14. do Edital c/c art. 4º, inciso XVIII da Lei nº. 10.520/2002.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONSELHEIRO LAFAIETE

Setor de Licitação

III. Considerações complementares pertinentes

Não obstante os vícios que comprometem o conhecimento do recurso e, por conseguinte, a apreciação exaustiva do mérito, oportuno consignar que o art. 109, §4º, da Lei nº 8.666/93 preconiza que em caso de não reconsideração da decisão, os recursos deverão subir à autoridade superior, devidamente informados. Assim, passa-se a pontuar os principais fundamentos da impossibilidade de reforma da decisão.

Vale pontuar que, de acordo com a disciplina estabelecida no art. 9º da Lei nº 10.520/2002, aplicam-se subsidiariamente, para a modalidade pregão, as normas da Lei nº 8.666/93, tratando-se, pois, de regra comum aos procedimentos licitatórios.

Importante destacar, que o objetivo da licitação estabelecida na Constituição da República/88, qual seja, assegurar “igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações” – art. 37, XXI, CR/88”.

Sobre os princípios específicos norteadores da licitação, segundo a melhor doutrina:

A vinculação ao instrumento convocatório é garantia do administrador e dos administrados. Significa que as regras traçadas para o procedimento devem ser fielmente observadas por todos. Se a regra fixada não é respeitada, o procedimento se torna inválido e suscetível de correção na via administrativa e judicial. O princípio da vinculação tem extrema importância. Por ele, evita-se a alteração de critérios de julgamento, além de dar a certeza aos interessados do que pretende a Administração. E se evita, inicialmente, qualquer brecha que provoque violação à moralidade administrativa, à impessoalidade e à probidade administrativa.

Entende-se pelo princípio do julgamento objetivo: o corolário da vinculação ao instrumento convocatório. Consiste em que os critérios de fatos seletivos previsto no edital devem ser adotados inafastavelmente para o julgamento, evitando-se, assim, qualquer surpresa para os participantes da competição.

Diante de tais premissas e da argumentação deduzida em sede recursal, mister registrar as seguintes considerações:

III.1. Da análise da habilitação da Recorrente em função da documentação de qualificação técnica

Cumprе registrar que a Recorrente foi inabilitada em sessão do dia 13/03/2023 pelos seguintes fundamentos devidamente registrados em Ata:

A documentação de habilitação da empresa FELCO FALEIROS PROJETOS E CONSULTORIA EM ENGENHARIA LTDA (EPP) foi conferida e estava em desconformidade com o Edital, sendo declarada sua INABILITAÇÃO ante os seguintes fundamentos: a) não apresentou Termo de Indicação da Equipe Técnica Multidisciplinar com a indicação e qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos, em desacordo com o item 8.7.4 do edital; b) não apresentou Prova de que os profissionais que compõem a equipe técnica pertencem ao quadro permanente da empresa licitante na data prevista para a entrega da proposta, em desacordo com item 8.7.5 do edital.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONSELHEIRO LAFAIETE

Setor de Licitação

Diante da inabilitação, a Recorrente alega que apresentou toda a documentação exigida em Edital, e que a documentação de qualificação técnica elencada nos itens 8.7.4 e 8.7.5 do Edital é facultativa haja vista a não exigência expressa da apresentação dos nomes dos membros da equipe técnica da empresa.

A alegação da Recorrente não prospera, diante dos seguintes fundamentos:

Os itens 8.7.4 e 8.7.5. do Edital explanam o seguinte:

8.7.4 Termo de Indicação da Equipe Técnica Multidisciplinar adequada e disponível para realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos, composta, no mínimo, por profissionais com formação nas seguintes áreas, facultada a utilização do modelo contido no Anexo VII: a) Arquitetura ou Urbanismo, com especialização ou experiência comprovada em Desenvolvimento Urbano ou Habitação; b) Direito, com especialização ou experiência comprovada em Desenvolvimento Urbano ou Habitação ou Direito Urbanístico; c) Serviço Social, Sociologia, Psicologia ou Pedagogia, com especialização ou experiência comprovada em Organização, Desenvolvimento e Participação Social.

8.7.5. Prova de que os profissionais que compõem a equipe técnica, bem como o (s) profissional (is) indicado (s) como responsável (is) técnico (s) (indicados nos itens anteriores), pertencem ao quadro permanente da empresa licitante, na data prevista para a entrega da proposta, entendendo-se como tal, para fins desta licitação, o sócio que comprove seu vínculo por intermédio de contrato social/estatuto social, o administrador ou o diretor, o empregado devidamente registrado em Carteira de Trabalho e Previdência Social, e o prestador de serviços com contrato escrito e firmado com o licitante ou com declaração de compromisso de vinculação contratual futura, caso o licitante se sagre vencedor do certame, facultada a utilização do modelo contido no Anexo VI.

Diante da análise da documentação de habilitação apresentada pela Recorrente, extrai-se que em relação ao item 8.7.4., foi exigida apresentação do rol de membros que compõem a equipe técnica, tal rol deveria vir com discriminação da qualificação de cada membro, juntamente com a comprovação de especialização ou experiência nas áreas elencadas nas alíneas 'a', 'b' e 'c': a) Arquitetura ou Urbanismo, com especialização ou experiência comprovada em Desenvolvimento Urbano ou Habitação; b) Direito, com especialização ou experiência comprovada em Desenvolvimento Urbano ou Habitação ou Direito Urbanístico; c) Serviço Social, Sociologia, Psicologia ou Pedagogia, com especialização ou experiência comprovada em Organização, Desenvolvimento e Participação Social. Pontua-se que não houve qualquer abertura para que fosse apresentada qualificação dos membros após declarada vencedora do certame. Esclarece que a Recorrente deixou de apresentar a qualificação dos membros e a comprovação de especialização ou experiência nas áreas exigidas no item 8.7.4, tendo apresentado declaração vaga e indeterminada, conforme segue:



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONSELHEIRO LAFAIETE

Sector de Licitação

10.993.481/0001-37	
FELCO FALAIROS PROJETOS E CONSULTORIA EM ENGENHARIA LTDA.	
Processo Licitatório nº 166/2022 Modalidade: Pregão Eletrônico nº 090/2022	
TERMO DE INDICAÇÃO E COMPROMISSO DE RESPONSÁVEL TÉCNICO	
A Felco Faleiros Projetos e Consultoria em Engenharia Ltda. EPP, com sede no Endereço Rua Joaquim Augusto Ribeiro de Souza nº 1409, salas B e C - Jardim Santa Felícia, São Carlos/SP, CEP 13.563-330, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 10.993.481/0001-37, representada neste ato por seu procurador in fine assinado, devido ao interesse em participar da licitação em epígrafe que se encontra autuado no processo administrativo acima indicado, cujo objeto é a Contratação de Pessoa Jurídica Especializada para prestação de serviços de elaboração do Plano Local de Habitação de Interesse Social - PLHIS do Município de Conselheiro Lafaiete, de acordo com as especificações constantes no item 19 e Anexo I do Edital, DECLARA, sob as penas da Lei, que possui equipe técnica qualificada, habilitada, capacitada e disponível para realização dos serviços objeto desta licitação, conforme exigência do Edital:	
a) Arquiteto / Urbanista, com especialização ou experiência comprovada em Desenvolvimento Urbano ou Habitação;	
b) Advogado, com especialização ou experiência comprovada em Desenvolvimento Urbano ou Habitação ou Direito Urbanístico;	
c) Assistente Social, com especialização ou experiência comprovada em Organização, Desenvolvimento e Participação Social.	
A empresa declara que se compromete a apresentar a documentação do(s) profissional(is) para atendimento à(s) exigência(s) editalícia(s) no que tange à qualificação técnica profissional, caso este licitante se saque vencedor desta licitação.	
Declara ainda que se responsabiliza por manter os profissionais durante toda a execução dos serviços objeto desta licitação, admitindo-se a substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração.	
FELCO FALAIROS PROJETOS E CONSULTORIA EM ENGENHARIA-10993481000137 Data: 09/03/2023 17:13:48 -03'00'	Assinado de forma digital por FELCO FALAIROS PROJETO E CONSULTORIA EM ENGENHARIA-10993481000137 Data: 2023.03.09 17:13:48 -03'00' Sôcia diretora - CPF: 294.429.878-01 - RG: 32.086.327-X SSP/SP São Carlos/SP, 09/03/2023 Felco Faleiros Projetos e Consultoria em Engenharia Ltda. EPP CNPJ 10.993.481/0001-37 CASSIA DE AVILA RIBEIRO JUNQUEIRA FALAIROS CPF: 294.429.878-01 - RG: 32.086.327-X SSP/SP
FELCO FALAIROS Projetos e Consultoria em Engenharia Ltda. EPP Rua Joaquim Augusto Ribeiro de Souza nº 1409, salas B e C Jardim Santa Felícia, São Carlos/SP, CEP 13.563-330 CNPJ: 10.993.481/0001-37 - Tel.: (016) 3415.4095 www.felcofaleiros.com contato@felcofaleiros.com	

Em relação ao item 8.7.5. do Edital, é exigida comprovação de que os profissionais que compõem a equipe técnica, que deveriam ter sido indicados em conformidade com o item 8.7.4, pertencem ao quadro permanente da empresa Recorrente na data para a entrega das propostas. O fato é que a Recorrente apresentou apenas a indicação da engenheira que seria a responsável técnica, deixando de apresentar qualquer qualificação dos outros membros da equipe técnica e consequentemente a comprovação de vínculo ao quadro permanente da empresa. Tal documentação de vínculo deveria ter sido apresentada juntamente com as propostas, não há precedente para que pudesse ser entregue após qualquer outra fase do processo licitatório.

Além disso, a Recorrente alega que seria facultada a apresentação das duas declarações dos itens 8.7.4. e 8.7.5. Entretanto, é facultado o uso do MODELO contido nos Anexos VI e VII do Edital e não a apresentação da documentação elencada nestes itens. Ressalta-se: facultada a apresentação apenas do MODELO.

Por fim, destaca-se que os itens 8.7.4 e 8.7.5. são taxativos em relação a documentação que deve ser apresentada, não cabendo interpretação diversa.

Diante dos fatos, não assiste fundamentos aptos a ensejar mudança na decisão recorrida, considerando que a Recorrente não manifestou em meio hábil a intenção na interposição de recurso e não apresentou documentação de habilitação em conformidade com o Edital.

Ante o exposto, à míngua de fundamento apto a ensejar sua reforma, deve ser mantida a decisão recorrida.

Avenida Prefeito Dr. Mário Rodrigues Pereira, nº 10, Centro
Conselheiro Lafaiete - MG - 36.400-026



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONSELHEIRO LAFAIETE

Setor de Licitação


IV. Conclusão

Diante de todo o exposto, a Pregoeira resolve:

a) Verificada a ausência dos pressupostos de admissibilidade, não **conhecer** do recurso interposto pela FELCO FALEIROS PROJETOS E CONSULTORIA EM ENGENHARIA LTDA. (EPP), uma vez operada a **decadência** do direito de recurso em função da intempestividade, nos termos do art. 42, §1º do Decreto Municipal nº 84/2021 c/c item 13.3. c/c item 13.1. do Edital c/c art. 4º, inciso XX da Lei nº. 10.520/2002.

b) Em obediência ao disposto no art. 15, inciso VII, do Decreto Municipal nº 84/2021, encaminhar os autos à autoridade superior, para sua análise, consideração e decisão do Recurso Administrativo em pauta.

Conselheiro Lafaiete/MG, 21 de março de 2023.


Isabella Gomes de Vargas e Lima
Pregoeira